



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

**Quinta-feira
(22/02)**

Manchetes

R7: Marcola ordenou mortes por bilhete engolido por detento, diz Justiça

Folha de S. Paulo: Feita às pressas, ação federal deixa vácuo de poder na segurança do RJ

Correio Braziliense: Senado aprova no plenário comissão externa para acompanhar intervenção

O Globo: 'Todo dia, durante um mês, fui estuprada', diz transexual ex-detenta

Estadão: Militares querem evitar Justiça comum em casos de intervenção no Rio

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Recuperar estrutura: O Exército definiu que a compra de armas e carros para atender à antiga queixa de falta de estrutura serão fundamentais na missão de recuperação da polícia do Rio. O general Walter Souza Braga Netto, nomeado interventor pelo presidente Michel Temer, pretende utilizar os quase dez meses no comando da segurança para restabelecer a capacidade operativa da polícia e não só mudar equipes e estratégias de combate à criminalidade. Notícia da **Folha de S. Paulo**.

Vácuo no poder: **Folha de S. Paulo** noticia que, decretada às pressas pelo presidente Michel Temer, a intervenção no Rio provocou um vácuo de poder momentâneo na estrutura da segurança pública do Estado. No dia do decreto (16), o então secretário de Segurança, Roberto Sá, entregou o cargo e deixou a chefia interinamente com seu número dois. Enquanto o interventor não conclui seu plano, delegados da Polícia Civil e comandantes de batalhões da PM estão sem orientação do comando das corporações.



Em nota, o Comando Militar do Leste, responsável pelos militares que atuam no Rio desde setembro, afirmou que "o processo de intervenção está em fase inicial" e que "a equipe que trabalhará diretamente com o interventor está sendo formada e será anunciada nos próximos dias".

Caráter militar: Estadão noticia que, preocupada com a segurança jurídica das operações no Rio, a cúpula das Forças Armadas defende dar caráter militar a todas as missões realizadas com a participação das tropas federais. O objetivo é evitar que casos envolvendo militares sejam levados à Justiça comum. Os comandantes de operações ainda vão pedir que haja a participação de integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário em todas as ações, para que sejam reduzidas as discussões sobre a concessão de mandados coletivos, havendo uma compreensão maior de como se darão as ações.

Devaneios autoritários: Folha de S. Paulo faz análise sobre a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro e as declarações feitas após seu decreto. Num lapso revelador do imprevisto a cercar as ações federais, o ministro chegou a falar em mandados coletivos de captura, corrigindo-se depois. A menos que se viva numa ditadura, só é possível prender uma pessoa devidamente identificada e com razões objetivas. Da declaração de que "não desejaria que daqui a 20 anos os envolvidos nas operações policiais tenham de enfrentar nova Comissão da Verdade", feita pelo comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, pode-se deduzir que lhe foi desagradável as investigações sobre torturas e assassinatos cometidos pela ditadura militar.

Armas sucateadas: G1 noticia que as armas usadas pela polícia - a maioria da marca Taurus, de fabricação nacional - não têm manutenção contra as falhas frequentes. No final do ano passado, o Ministério Público Federal abriu uma ação contra a fabricante por disparos acidentais. Na ocasião, a Taurus alegou que perícias conduzidas de acordo com as normas técnicas não confirmavam a ocorrência de defeitos na fabricação das pistolas. A maior preocupação está relacionada à desvantagem da polícia em relação ao poder de fogo dos traficantes.



Comissão externa: Por votação simbólica, o plenário do Senado aprovou, na noite de quarta-feira, (21/2) uma Comissão Temporária Externa para acompanhar a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro. O colegiado, composto por seis membros, tem prazo de funcionamento de um ano, mesmo período de vigência do decreto. Os três membros titulares e os três membros suplentes da Comissão Externa devem ser indicados pelos líderes partidários nos próximos dias e depois designados pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira. A Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado criou uma subcomissão também destinada a acompanhar a intervenção no Rio de Janeiro. Notícia do **Correio Braziliense**.

Fantasma da chacina: Folha de S. Paulo revela que, após três meses de investigação e nenhum responsável pelas mortes na chacina do Salgueiro, que deixou 8 vítimas em novembro de 2017, o ocorrido se tornou um 'fantasma' para a atuação do Exército no Rio de Janeiro. Tudo o que se sabe, segundo a Delegacia de Homicídios de Niterói, que investiga o caso, é que, naquela noite, a Core (Coordenadoria de Recursos Especiais) pretendia fazer ação para "confirmar informações". A unidade pediu o apoio do Exército e entraram na comunidade do Salgueiro com três blindados, dois do Exército e um da Core. Ao final da madrugada, 11 pessoas haviam sido atingidas, todas na estrada das Palmeiras. Segundo a Defensoria Pública, que teve acesso aos laudos de necropsia, todos foram baleados pelas costas. Os 17 soldados do Exército que participaram da ação não deram depoimentos à polícia nem aos promotores, por isso as autoridades estaduais têm em mãos apenas parte da história.

Sistema Prisional

Mortes por bilhetes: R7 noticia que um dos principais chefes do PCC (Primeiro Comando da Capital), Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, havia determinado a morte de dois diretores de presídios paulistas por meio de um bilhete engolido por um detento que estava em um processo de transferência. O relato do episódio faz parte da



sentença do juiz da 1ª Vara de Presidente Venceslau, Gabriel Medeiros, que condenou nesta quarta-feira (21) Marcola a 30 anos de prisão pelos crimes de integrar e liderar organização criminosa armada, corrupção ativa.

Baixo efetivo: G1 noticia que o Amazonas conta, atualmente, com 65 agentes penitenciários concursados e 858 agentes de socialização para atender todas as unidades prisionais do estado. A relação no estado é de um agente penitenciário para 9,7 presos. A proporção mínima desejável é de um agente para cinco presos, segundo uma resolução de 2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. O último concurso para agentes foi realizado há 35 anos. A rotina é de medo dentro dos presídios do estado.

Crise penitenciária: Agentes penitenciários do Paraná dizem que, atualmente, o Estado é o maior opositor ao trabalho deles, à frente de facções ou de servidores corruptos. Os grandes problemas, relatam os carcereiros, são a relação entre a falta de efetivo e a superlotação nas celas, a estrutura precária e os constantes desvios de função. De acordo com os agentes, em razão da desorganização do Estado, os presídios paranaenses estão cada vez mais dominados pelas facções - fundamentalmente, pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Notícia do **G1**.

Varredura em Japeri: UOL noticia que uma operação de varredura realizada na manhã da última quarta-feira (21) na penitenciária Milton Dias Moreira, em Japeri (RJ), apreendeu 48 celulares e centenas de envelopes com conteúdos com características de drogas como maconha e cocaína. A operação foi realizada de forma conjunta pela Seap com as Forças Armadas no contexto da GLO (Garantia da Lei e da Ordem), decreto assinado pelo presidente Michel Temer em julho de 2017.

Lavagem de dinheiro: A Polícia Federal prendeu na manhã desta quarta-feira (21) dez pessoas suspeitas de colaborar com o tráfico de drogas administrado pela facção criminosa PCC na cidade de Itaquaquecetuba (Grande São Paulo). Entre os suspeitos, estão um traficante do PCC e seu irmão, além de um pastor de uma igreja evangélica, um



corretor imobiliário e donos de açougues e de concessionárias de carros. Eles facilitariam o comércio de drogas no município e faziam lavagem de dinheiro, segundo a investigação da PF. Notícia do **UOL**.

Agressões contra transexuais: — Todo dia, durante um mês, fui estuprada — conta a transexual pernambucana Fernanda Falcão, que passou três anos e três meses presa. **O Globo** noticia que transexuais que já estiveram detidas em presídios masculinos têm rotina de agressões, estupros, serviços forçados e violência psicológica. Militantes dos direitos LGBT dizem que quase a totalidade das travestis e mulheres transexuais no sistema penitenciário cumpre sua pena em cadeias exclusivas para homens, onde não tem reconhecidos sua identidade de gênero e seu nome social. Para elas, a decisão tomada nesta terça-feira pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso abre um precedente para mudar essa situação. Barroso autorizou a transferência de duas travestis para um presídio feminino.

Acima da capacidade: **G1** informa que número e a proporção de presos provisórios diminuíram em um ano no país, mas as prisões continuam superlotadas e estão quase 70% acima da capacidade. O Monitor da Violência é resultado de uma parceria do site com o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Desde a última reportagem, publicada em janeiro de 2017, foram acrescidas ao sistema 7.952 vagas, número insuficiente para acomodar o total de presos, que ainda cresceu 2,8% em um ano, com 18.412 novos internos.